



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação
ST 1 - Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil	Letícia Barbosa Bomfim (UFPB), Matheus Batista Simões (UFPE), Kainara Lira dos Anjos (UFCG)	Áreas urbanas centrais e suas dinâmicas espaciais: Condições de habitabilidade do Centro de Campina Grande - Paraíba	A produção do espaço citadino mostra-se complexa diante do atual contexto capitalista, em que a concentração de equipamentos, serviços e infraestrutura pública atrai mais investimentos do capital e a manutenção da Divisão Econômica e Social do Espaço (DESE). O presente artigo busca evidenciar a relação entre habitabilidade e a produção do espaço urbano, uma vez que os conflitos dessa produção imobiliária acentuam as desigualdades socioespaciais, tendo como objeto empírico a área central de Campina Grande, cidade média localizada no interior paraibano. Sendo assim, tem-se como objetivo analisar as desigualdades socioespaciais nesta área a partir da avaliação das condições de habitabilidade por meio de um índice, construído a partir de variáveis de grandezas populacionais e domiciliares. Por meio das análises, percebe-se medidas que vêm viabilizando as transformações nessa área central, a qual fortalecem a ação dos agentes atuantes, contribuem para a concentração dos novos produtos imobiliários e para a diferenciação dessa espacialidade em relação a outras do espaço intraurbano.	matheus.simoes@ufpe.br	Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande Mestrado em Desenvolvimento Urbano (UFPE)	Subseção 01.5 Quinta-feira (25/05) - 14:00 - 16:00
ST 1 - Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil	Thiago Canetti (UFMG), Catarina Ferolla Vasconcelos (UFMG), Luisa Cristina Silva Alves (UFMG) Camilla Reis (UFMG)	Fraturas periféricas: dinâmicas de reprodução social crítica em uma periferia de Belo Horizonte (MG) em um contexto de crise	A dinâmica de reprodução social na periferia enfrenta uma série de adversidades. Os sujeitos periféricos, portanto, devem se organizar – por meio de diferentes expedientes – para garantir sua sobrevivência. Essa forma de reprodução cotidiana foi amplamente estudada e debatida no campo dos Estudos Urbanos brasileiros ao longo do século XX. Entretanto, o atual momento da urbanização brasileira, atravessada por uma profunda crise, parece atualizar essas estratégias de reprodução. A partir dos resultados obtidos por uma pesquisa em andamento em uma periferia de Belo Horizonte, este trabalho objetiva analisar as transformações nas estratégias de sobrevivência da população periférica e apresentar a noção de “reprodução social crítica” como um conceito pertinente para compreender o atual momento da urbanização brasileira.	thiago.canetti@gmail.com	Belo Horizonte	UFMG Arquitetura e Urbanismo / Geografia	Subseção 01.5 Quinta-feira (25/05) - 14:00 - 16:00
ST 2 - Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional	Orlando Alves dos Santos Junior, Parrícia Ramos Novaes, Thais Nassif	Governança neoliberal e parcerias público-privadas: estratégias de redução de riscos e difusão nas capitais brasileiras	Partindo da teoria urbana crítica, este artigo tem como objetivo conceituar as parcerias público-privadas – PPPs e traçar um panoramas da sua difusão nas políticas urbanas no Brasil	orlando.santosjr@gmail.com	Rio de Janeiro	IPPUR/UFRJ PPGPUR	Subseção 02.1 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00
ST 2 - Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional	Alexandre Sabino do Nascimento (UFPB), Heloisa Gomes da Silva (UFPB), Maria Júlia Laurentino Silva (UFPB) e José Vitorino dos Santos Neto (UFPB)	O Programa João Pessoa Sustentável como modelo de transferência, difusão e mobilidade de políticas “públicas” urbanas neoliberais do BID e a narrativa das cidades sustentáveis	Esse artigo de análise tem por objetivo analisar a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - ICES, criada e executada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e seu papel na transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais - e (in)sustentáveis - na América Latina e no Brasil ligadas a narrativa das “boas práticas” (best practices) da governança urbana neoliberal. A pesquisa que fundamenta o texto possui um caráter exploratório/análítico e é do tipo qualitativa, bibliográfica e documental. Conclui-se que existe, atualmente, um processo de transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais na América Latina e no mundo, com o discurso da sustentabilidade acoplado, que por sua vez vincula-se às narrativas das mudanças climáticas e da sociedade do risco global. Aponta-se que a ICES é um exemplo paradigmático de tal política no Brasil.	alexandre.sabino@academico.ufpb.br	Paraíba	UFPB PPPGG-UFPB/GEOGRAFIA	Subseção 02.9 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição		Data de apresentação
ST 2 - Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional	Marcus Vinicius Albuquerque Franco de Sá (UFPA)	Gestão territorial e desenvolvimento econômico: o caso do município de Benevides-PA	Este trabalho parte de uma análise da gestão territorial do município de Benevides no estado do Pará, para discutir efeitos territoriais em prol de um suposto "desenvolvimento" econômico na Região Metropolitana de Belém (RMB). A aplicação de políticas públicas de desenvolvimento econômico pelas esferas municipais e estaduais vem contribuindo para a inserção de grandes empreendimentos industriais e logísticos no município de Benevides, o que tem levado a mudanças em sua dinâmica territorial. Tomando como referência teórica os efeitos espaciais de mudanças causadas no sistema produtivo, este trabalho articula dados quantitativos secundários sobre mudanças na movimentação da economia local, em confronto com zoneamentos previstos no Plano Diretor Urbano. O artigo visa explicar, a partir de leituras sobre a reestruturação produtiva e a flexibilização do capital financeiro, como o território urbano vem sendo utilizado cada vez mais para a reprodução capitalista.	marcusfrancoppgau@gmail.com	Belém	UFPA	PPGAU	Subseção 02.7 Quinta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00
ST 3 - Redes de cidades e a questão metropolitana no Brasil	Andresa Montenegro Lima (UFPE), Matheus Batista Simões (UFPE), Lívia Izabel Bezerra Miranda (UFCG)	Padrões socioespaciais dos aglomerados subnormais no perímetro do centro urbano/histórico de Caruaru-PE	O presente artigo apresenta uma contribuição na análise da presença dos aglomerados subnormais e da precariedade habitacional nas áreas centrais das cidades brasileiras, a partir do espectro regional da cidade de Caruaru -PE, Capital Regional B (IBGE 2020) de importante influência no contexto do nordeste do Brasil. Caruaru assim como a maioria das cidades latino americanas seguiu o padrão de desigualdade social de ocupação do espaço urbano, e atualmente seu centro da cidade/centro histórico está margeado por aglomerados subnormais (IBGE, 2019), oscilando entre áreas de boa infraestrutura e renda, com espaços segregados de precariedade físico-territorial e baixa renda. O artigo se apresenta como uma importante contribuição para o tema, analisando os padrões socioespaciais dos aglomerados subnormais que margeiam a ZCP (Zona de Centro Principal) delimitada pelo plano diretor em 2019, observando as especificidades desses aglomerados e sua relação com a área central.	matheus.simoes@ufpe.br	Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande	Mestrado em Desenvolvimento Urbano (UFPE)	
ST 3 - Redes de cidades e a questão metropolitana no Brasil	Claudio Machado Maia (UFRN), Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (UFRN), Jane Roberta de Assis Barbosa (UFRN), Analúcia de Azevedo Silva (UFRN)	A Região Metropolitana de Natal/RN: reconfiguração da rede urbana, cidades de pequeno porte e as articulações territoriais no espaço metropolitano	Análise a região metropolitana de Natal/RN (RMNA), sua reconfiguração de rede urbana, cidades de pequeno porte e as articulações territoriais no espaço metropolitano. O movimento populacional pendular de cidades influentes, Arranjo Populacional de Natal/RN. Utilizou-se conceitos de Redes Geográficas e as articulações territoriais. O movimento pendular humano entre municípios, justifica-se, pois, muitos trabalhadores possuem relações familiares ou casa própria em seus municípios de origem. Conclui-se que alguns municípios e principalmente cidades influentes, detêm centros de especialidades na área saúde, educação profissional e formação superior, e postos de trabalho, sobretudo no turismo, além de serem referência em iniciativas de ciência, tecnologia e inovação centradas na implementação de parques tecnológicos. Assim, na reconfiguração da rede urbana constitui-se centros de gestão do território, que se fortalecem com maior dinamismo socioeconômico regional.	claudiomaia.dr@gmail.com	Natal	UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte	PPEUR. Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais	Subseção 03.1 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00
ST 4 - Convergências entre Urbanização e natureza	Suyá Quintslr (UFRJ) e Laiana Carla reira (UFRJ)	A agenda do volume mínimo de água para sobrevivência no Brasil e no mundo	O trabalho apresenta pesquisa sobre as políticas de isenção de cobrança da água no Brasil e no mundo a partir de revisão de literatura não sistemática.	suya@ippur.ufrj.br	Rio de Janeiro	IPPUR/UFRJ	PPGPUR/UFRJ	Subseção 04.1 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação	
ST 4 - Convergências entre Urbanização e natureza	Camila Silva dos Santos (UFPE) e Demóstenes Andrade de Moraes (UFCG)	Ações integradas na urbanização de assentamentos precários a partir da drenagem sustentável: estudos sobre a bacia da Ramadinha	A precariedade de habitação e os riscos socioambientais são realidades de muitos brasileiros que vivem em vulnerabilidade social nos assentamentos precários do país. A melhoria das condições desses espaços pode ser realizada por meio da sua urbanização. Em Campina Grande, cidade onde está localizado o objeto deste estudo, ocorreram ações pelo Programa de Aceleração do Crescimento na modalidade urbanização de assentamentos precários (PAC-UAP), maior programa de urbanização realizado no país, sendo em uma delas, a Urbanização da Região do Bodocongó, realizadas obras macrodrenagem em um corpo d'água e o reassentamentos de famílias que ocupavam suas margens. Porém suas ações foram básicas, convencionais e não integradas, apresentando problemas, sobretudo quanto à continuação de alagamentos, vias ainda sem pavimentação e deficiências de equipamentos. Com isso, faz se necessário estudar alternativas e complementares de drenagem urbana, que consigam melhorias ambientais e integrar os elementos de urbanização. As abordagens defendidas nesse trabalho são o Desenho Urbano Sensível à Água (WSUD) e os Sistemas Urbanos de Drenagem Sustentável (SUDS) para gestão integrada das águas.	damoraes6@gmail.com	Paraíba	UFCG	CAU	Subseção 04.2 Terça-feira (23/05) - 16:00 - 18:00
ST 4 - Convergências entre Urbanização e natureza	Érica Tavares (UFF), Antenor Maria da Mata Siqueira (UFF)	Desastres ambientais e a importância dos registros mediante as mudanças climáticas no século XXI	Os desastres ambientais relacionados à água cada vez mais se tornam frequentes no território brasileiro, revelando a urgência de pensar os efeitos das mudanças climáticas no país e as formas de lidar com o fenômeno. O objetivo deste artigo é analisar as possibilidades de acesso a informações sobre as ocorrências de desastres ambientais no Brasil, problematizando tanto as concepções em torno do processo social quanto os registros por parte dos órgãos competentes. A metodologia utilizada considera uma base de documentos disponíveis no Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID), tomando como recorte a região Sudeste, a partir dos quais foi feita análise documental, construção de um banco de informações e análise quantitativa de dados. Os resultados mostram a complexidade do registro das informações sobre os desastres no Brasil, os desafios para acesso, tratamento e análise dos dados, além de indicar a necessária abordagem interdisciplinar e intersetorial no que tange à ocorrência desses impactos.	ericatavr@gmail.com	Porte Fluminense	UFF	PPGDAP	Subseção 04.3 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00
ST 4 - Convergências entre Urbanização e natureza	Felipe Costa de Almeida, José Júlio Ferreira Lima	Atributos espaciais e a atividade agrícola: análise da relação entre organização socioespacial e produção de SAFs em Tomé-Açu, Pará	O Brasil do Século XX foi marcado por intensa movimentação interna. A partir da década de 1950, migrações rurais levaram milhões de brasileiros às cidades. Uma parte significativa, no entanto, migrou em direção a outras áreas rurais. Associados à globalização e aos avanços tecnológicos, esses movimentos geraram profundas mudanças socioeconômicas e espaciais no país, muitas das quais ainda estão em curso e indicam tendências. A década de 1970 marcou o início de um intenso movimento rumo à Amazônia, motivado pelas oportunidades desta fronteira agrícola e pelas expectativas de mineração de metais preciosos, como o ouro. Teve como principal origem o Nordeste e como destino as áreas alimentadas pelas rodovias BR-230 (Transamazônica), BR-010 (Belém-Brasília) e BR-364 (de São Paulo ao Acre, atravessando Rondônia). Particularmente este terceiro movimento gerou maior impacto no uso e na ocupação das terras brasileiras.	jilimaufpa@gmail.com	Belém	UFPA	PPGAU	Subseção 04.8 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00
ST 4 - Convergências entre Urbanização e natureza	Sâmyla Alves, Ana Cláudia Cardoso, Tainah Carvalho, Giuliana Lima, Victor da Costa,	INVESTIGAÇÃO DE POTENCIAIS DE CONSTITUIÇÃO DE PAISAGENS FUNCIONAIS NA ÁREA DE EXPANSÃO DE BELÉM	INVESTIGAÇÃO DE POTENCIAIS DE CONSTITUIÇÃO DE PAISAGENS FUNCIONAIS NA ÁREA DE EXPANSÃO DE BELÉM	aclaudiacardoso@gmail.com	Belém	UFPA	PPGAU	Subseção 04.7 Quarta-feira (24/05) - 14:00 - 16:00



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Samuel Thomas Jaenisch (UFRJ)	Dinâmica imobiliária da cidade do Rio de Janeiro nos últimos vinte anos: expansão da produção residencial, permanência das desigualdades e acirramento dos conflitos	O setor imobiliário brasileiro passou por uma importante reestruturação nas primeiras décadas do século XXI, resultando em um aumento expressivo da produção residencial, em especial nas grandes cidades. Esse fenômeno teve impactos importantes (e ainda pouco estudados) sobre a consolidação de novas frentes de valorização imobiliária nas áreas suburbanas e periurbanas, que passaram a concentrar os empreendimentos direcionados para o "Segmento Econômico", complexificando a estrutura das metrópoles do país. Esta apresentação pretende discutir esse fenômeno para o caso da cidade do Rio de Janeiro, mostrando como nas duas últimas décadas a expansão desse segmento transformou a geografia da cidade, incorporando novas áreas periféricas à dinâmica imobiliária, mas mantendo um quadro histórico de desigualdes urbanas.	samuellaenisch@hotmail.com	Rio de Janeiro	IPPUR/UFRJ PPGPUR/IPPUR/UFRJ	Subseção 05.4 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Gabriel Rodrigues da Silva (UFF), Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho (UFF) e Daniel de Mello Sanfelici (UFF).	A justiça espacial e o IPTU: uma análise espacial do instrumento no município de Niterói/RJ	O presente artigo propõe analisar a justiça espacial no município de Niterói/RJ, tendo como base as informações constantes do IPTU, referentes aos anos fiscais de 2015 a 2022, obtidas junto à Secretaria de Fazenda do município de Niterói-RJ.	garodrigues@id.uff.br	Natal	UFF Pós Graduação em Geografia	Subseção 05.7 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Luciana Alencar Ximenes (UFRJ)	Políticas de Aluguel Social: a concessão de auxílios temporários ao aluguel e remoções forçadas em grandes cidades brasileiras	Ao longo das últimas décadas as grandes cidades brasileiras passaram por profundas transformações. Houve avanços importantes no reconhecimento dos territórios populares no plano das políticas públicas, especialmente com a produção de moradias interesse social e na urbanização de favelas. Entretanto, estes avanços não foram capazes de reverter a condição histórica do acesso restrito à moradia e deram-se em meio à intensificação dos processos de remoção forçadas. Como parte deste quadro, passaram a ser formuladas e implementadas políticas locais de concessão de auxílios financeiros destinados a gastos com aluguel, de forma provisória, para uma parcela significativa da população que sofreu com remoções promovidas pelo poder público. Este texto apresenta um panorama destas políticas, conhecidas como políticas de aluguel social, abordando casos exemplares em grandes cidades brasileiras e destacando as suas relações com as políticas habitacionais e intervenções do poder público nos territórios populares. É dedicada atenção especial aos processos que têm levado aos deslocamentos forçados das famílias encaminhadas a estas políticas, assim como os desdobramentos sobre a insegurança da posse e as condições de vida.	lualencarximenes@gmail.com	Rio de Janeiro	IPPUR/UFRJ PPGPUR - IPPUR/UFRJ	Subseção 05.6 Quinta-feira (25/05) - 16:00 - 18:00
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Huda Andrade Silva de Lima (UNI-RN), Alessandro Ferreira Cardoso da Silva (UFRN)	Cenário de promoção imobiliária empresarial por incorporadoras: o alcance dos empreendimentos residenciais no arranjo socioespacial da Região Metropolitana de Natal/ Brasil.	A promoção imobiliária por meio da incorporação desempenha um papel definitivo na formação e na diferenciação territorial da Região Metropolitana de Natal (RMN), com difusão de novos padrões de moradia e de apropriação de novas áreas, tornando-se mecanismo de ampliação de ganhos no setor consagrado, sobretudo, pelo fator de localização. Busca-se, portanto, compreender a inserção dos empreendimentos imobiliários por incorporações no arranjo socioespacial da mancha urbana integrada da RMN, com destaque para efeitos de segregação, integração, fragmentação, dispersão. A partir da coleta de informações disponibilizadas em Registros de Incorporações – do período de 2011 a 2016 – sobre promotor/incorporador, tipologia do empreendimento, quantitativo de unidades habitacionais e de empreendimentos, o artigo discorre sobre a atuação das incorporações na RMN que se consolida por padrões de expansão da periferia imediata de Natal; amplia o estoque de novas ocupações abertas pela e para dispersão territorial, com oferta de imóveis no entorno de projetos urbanos e territoriais de forte impacto sobre a configuração socioespacial; reflete as condições particulares da localidade (...).	hudaandrade@gmail.com	Natal	UNI-RN PPGAU/UFRN - Arquitetura e Urbanismo/UFRN	Subseção 05.4 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Sara Medeiros (UFRN), Jane Barbosa (UFRN), Flávia Duarte (UFRN), Mariana Fernandes (UFRN) e Cícero França (UFRN)	A MUNICIPALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: quando o pequeno se torna grande	O presente artigo discute a municipalização da política de habitação de interesse social no estado do Rio Grande do Norte (RN), mais especificamente analisando as condições administrativas apresentadas pelos municípios do estado que compõem a região do Semiárido para implementar e gerir as estratégias direcionadas ao setor habitacional. Serão consideradas a estrutura administrativa municipal montada para o setor habitacional, as formas alternativas de provisão habitacional, bem como a capacidade financeira dos municípios analisados. A pesquisa envolveu um levantamento de dados e informações a partir das seguintes fontes: MUNIC (2020), o SICONFI (2020) e a Plataforma Meu Município (2020). A análise da política habitacional no semiárido potiguar demonstrou que há um esforço considerável das gestões locais para responder à institucionalização da política. No entanto, a ausência de capacidade financeira e o insuficiente acúmulo de experiência de experiência coloca em xeque ações estratégicas de participação, planejamento e de implementação das ações habitacionais.	flaviadoc30@gmail.com	Natal	UFRN	Subseção 05.3 Quarta-feira (24/05) - 14:00 - 16:00
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Monique Bentes Machado Sardo Leão	O ideário da casa própria e a política habitacional: um estudo na área de expansão de Belém	Este trabalho, tem por cerne discutir o ideário da casa própria, presente nos últimos quase 100 anos de história da habitação social no Brasil. A leitura será feita a partir de um estudo de Belém/PA, cidade amazônica, que apresenta questões urbanísticas e habitacionais que a protagonizam nos rankings negativos em qualidade de vida, como alta proporção de presença de assentamentos precários, deficiência em infraestrutura de saneamento e alto déficit habitacional. Foi realizada uma análise da atuação de programas habitacionais que promoveram financiamento da casa própria para a classe média e baixa, essa produção gerou transformações territoriais, induzindo o crescimento urbano de forma espalhada e dispersa, levando a formação de novos bairros e centralidades. Desta forma, como resultado busca-se possibilitar um melhor entendimento da correlação entre o ideário da casa própria e a forma de ocupação e expansão da cidade. Palavras-chave: Casa própria. Programas habitacionais. Belém/PA.	monique.bentes@gmail.com	Belém	PPGAU-UFPA/LABCAM-UFPA	Subseção 05.10 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Cícero de França Neto (UFRN) e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros	Escalas e apropriações: um estudo de caso em três conjuntos habitacionais do BNH no Rio Grande do Norte	Este artigo contribui para a expansão da interiorização do debate sobre a habitação, com ênfase nos conjuntos habitacionais do BNH. A pesquisa analisa a produção espacial da COHAB em diferentes escalas espaciais do RN nos municípios de Natal, Mossoró e Currais Novos, considerando as diferenciações de cada cidade. Além de uma revisão de literatura com ênfase na atuação do BNH enquanto agente produtor habitacional, essa pesquisa também envolveu a compreensão acerca dos conceitos de escala e apropriações. Realizou-se um levantamento documental dos partidos urbanísticos dos conjuntos analisados, os quais foram cedidos pela Companhia de Processamento do Rio Grande do Norte – Datanorte, pela Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB) e acervo do grupo de pesquisa Estúdio Conceito – UFRN. Consultou-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a construção de tabelas e mapas temáticos, sistematizados em ferramentas dos Sistemas de Informações Geográficas – SIG. Esse estudo possibilitou inferir que conjuntos de mesma escala, inseridos em municípios de diferentes portes, apresentam diferentes representatividades e apropriações.	cicerofranca_7@hotmail.com	Natal	UFRN	Subseção 05.5 Quinta-feira (25/05) - 14:00 - 16:00



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição		Data de apresentação
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Anna Carolina Gomes Holanda, Leonardo Costa Miranda, Marcília Negrão, Joana Valente Santana, Jéssyca Carvalho	Descentralização da política habitacional no Brasil nos últimos 20 anos: uma discussão a partir do caso da Cohab/PA	Reflexão acerca dos avanços e limites da nova Política de Habitação de Interesse Social no Pará, no período de 2007 a 2010, identificando os principais obstáculos que se apresentam para sua implementação neste Estado, considerando especificamente a atuação dos diversos níveis do Poder Público. Entende-se que a instituição do Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social pode ser considerada um avanço para a política nacional, resultado da trajetória e do acúmulo dos movimentos ligados à discussão da Reforma Urbana no país, apresentando um novo arranjo institucional, baseado no fortalecimento da pactuação federativa e maior participação e controle social, em que se verifica ainda maior aporte de recursos federais e ampliação da atuação do Governo Estadual. Os resultados apontam que, para além dos avanços na estruturação de um sistema nacional e da conquista de importantes espaços de participação no nível federal, as estratégias de descentralização ainda se apresentam de maneira frágil, o que pode representar um limite ao processo de consolidação do SNHIS.	acgholanda@gmail.com	Belém	UFPA	PPGAU	Subseção 05.3 Quarta-feira (24/05) - 14:00 - 16:00
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Huda Andrade Silva de Lima, Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva	Cenário de promoção imobiliária empresarial por incorporadoras: o alcance dos empreendimentos residenciais no arranjo socioespacial da Região Metropolitana de Natal/ Brasil."	A promoção imobiliária por meio da incorporação desempenha um papel definitivo na formação e na diferenciação territorial da Região Metropolitana de Natal (RMN), com difusão de novos padrões de moradia e de apropriação de novas áreas, tomando-se mecanismo de ampliação de ganhos no setor consagrado, sobretudo, pelo fator de localização. Busca-se, portanto, compreender a inserção dos empreendimentos imobiliários por incorporações no arranjo socioespacial da mancha urbana integrada da RMN, com destaque para efeitos de segregação, integração, fragmentação, dispersão. A partir da coleta de informações disponibilizadas em Registros de Incorporações – do período de 2011 a 2016 – sobre promotor/incorporador, tipologia do empreendimento, quantitativo de unidades habitacionais e de empreendimentos, o artigo discorre sobre a atuação das incorporações na RMN que se consolida por padrões de expansão da periferia imediata de Natal.	alexsandro.silva@ufm.br	Natal	UFRN	PPEUR	Subseção 05.4 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Érica Milena Carvalho Guimarães Leônico, Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva	"Tributação imobiliária e direito à cidade: reflexões sobre a potencialidade de recaptura de mais-valias urbanas em Natal-RN".	Este artigo analisa a tributação imobiliária em Natal-RN a partir do IPTU e do ITBI, impostos reconhecidos pelo potencial de recaptura de mais-valias urbanas. O município analisado possui uma dinâmica imobiliária acentuada, mas ainda carece de um planejamento urbano que se conecte a tributação municipal e possibilite a distribuição mais igualitária dos bônus dessa arrecadação. Nesse sentido, é feita uma reflexão sobre a capacidade de captar recursos para o desenvolvimento urbano no contexto de uma agenda de inflexão ultraliberal no país, que repercute diretamente nas cidades, historicamente dependentes de recursos dos demais entes federativos para implementar infraestrutura urbana. Diante disso, analisa-se a legislação municipal desses dois impostos, as receitas provenientes de ambos e as despesas do município com desenvolvimento urbano e, por fim, a distribuição da arrecadação do IPTU e do ITBI nos bairros, distribuídos nas quatro regiões administrativas do município, bem como por tipologias distintas.	alexsandro.silva@ufm.br	Natal	UFRN	PPEUR	
ST 6 - Cidade, história e identidade cultural	Karen Alessandra Solek Soares (UEM), Fabíola Castelo de Souza Cordovil (UEM)	As cidades da faixa de fronteira paranaense: gênese e ressignificação até meados do século XX	O artigo trata sobre a ocupação tardia ocorrida na Faixa de Fronteira Nacional (FFN), no oeste paranaense, até a década de 1950. Sob a ótica dos conceitos interescares, analisa-se como o processo de ocupação da faixa de fronteira se articula às políticas territoriais federal e estaduais, principalmente às de fomento à infraestrutura viária, considerando as suas relações com o espaço urbano e regional. As ações públicas de infraestrutura e de defesa do território foram cruciais para a formação dessas centralidades regionais, com grande potencial transformador do espaço urbano a partir de planos e políticas de estruturação do território. Essas ações acabaram por fomentar uma ressignificação e a reorganização hierárquica dos núcleos urbanos analisados, atuais municípios de Guaíra, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, localizados na faixa de fronteira do oeste paranaense.	fcscordovil@uem.br	Maringá	Universidade Estadual de Maringá	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas	Subseção 06.4 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

**ENAN
PUR**
33

SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação
ST 7 - [Socio] tecnologia para o planejamento urbano e regional	Thêmis Amorim Aragão (UFRJ), Filipe de Souza Corrêa (UFRJ), Juciano Martins Rodrigues (UFRJ)	A informação geoespacial e a construção social do risco: a contribuição do Geométrópolis nas análises urbano-ambientais	A percepção de risco e a identificação de estratégias para lidar com eventos climáticos extremos são socialmente construídas. Tendo em vista o aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos, o Observatório das Metrópoles desenvolveu um visualizador de mapas online destinado à difusão de dados geoespaciais relacionados ao risco e à sustentabilidade ambiental urbana. Neste sentido, o presente artigo busca debater as contribuições deste tipo ferramenta para a construção social do risco e para o processo de formulação de políticas e ações que possam auxiliar no enfrentamento dos impactos ambientais dos fenômenos naturais nas áreas metropolitanas. Este artigo também destaca a ampla mobilização de pesquisadores para identificar variáveis-chave disponíveis e procedimentos de geoprocessamento adequados que possam ser aplicados à produção de informações relevantes para a formulação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas.	juciano@observatoriodasmetrolopes.net	Rio de Janeiro	IPPUR/UFRJ	Doutor em Urbanismo Subseção 07.1 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00
ST 7 - [Socio] tecnologia para o planejamento urbano e regional	Ingrid Tatiana Ribeiro de Souza Mendes	A invisibilidade de conflitos hidrossociais a partir da provisão de água potável canalizada: o caso irresoluto de Altamira, Pará	O tema desta tese é o saneamento no estado do Pará e o objeto de pesquisa reside na análise crítica do modelo de política estadual de saneamento praticada e vivenciada no estado do Pará, periodizada entre os anos 2000 a 2021, com o compromisso de demonstrar ao longo dos capítulos, um panorama conciso que identifique e dimensione possíveis assimetrias e desigualdades socioespaciais, nas 12 regiões de integração do Estado, com ênfase analítica nos municípios de Redenção, Oriximiná, Canaã dos Carajás, Castanhal, Novo Repartimento, Breves, Ananindeua, Salinópolis, Paragominas, Itaituba, Barcarena e Altamira. As etapas de pesquisa consistem em densas revisões de literatura, pautadas no resgate de fatos e da história do setor de saneamento enquanto política pública, bem como na fundamentação conceitual e teórica clássica e contemporânea.	julianoximenes@gmail.com	Belém	UFPA PPGAU	Subseção 07.1 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00
ST 8 - Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo	Bruna Ribeiro (UFRJ), Beatriz Terra (UFRJ) e Tarcyla Fidalgo (UFRJ)	Expressividade dos invisíveis: morar, trabalhar e viver no centro do Rio de Janeiro		tarcylafidalgo@gmail.com	Rio de Janeiro	UFRJ PPUR	
ST 8 - Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo	Táisa Sanches (UFRJ), Mariana Albinati (UFRJ)	Patrimonialização cultural e musealização social e territorial no Rio de Janeiro: repertórios de ação nas disputas pela cidade	A governança da cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, foi marcada pela lógica neoliberal empreendedorista, que tem como uma de suas principais características as parcerias com o mercado e instituições privadas na produção e renovação do espaço urbano. Tal realidade é vivida e enfrentada de formas distintas pelos diversos grupos sociais da metrópole, que buscam preservar suas memórias e reivindicar sua permanência nos espaços vividos. Neste artigo, nos centramos em analisar práticas de comunalização do patrimônio cultural e de musealização social e territorial como repertórios de ação no processo de enfrentamento popular ao modelo de governança atual.	taisasanches@gmail.com	Rio de Janeiro	UFRJ PPGPUR	Subseção 08.5 Quinta-feira (25/05) - 14:00 - 16:00
ST 9 - ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência	Sarah de Andrade e Andrade (UFRN); Rodrigo Silva (UFRN); Érica Milena Carvalho Guimarães Leônico (UFRN); Amíria Bezerra Brasil (UFRN).	O Fórum Direito à Cidade e a extensão universitária: limites e possibilidades para a construção coletiva de políticas e projetos urbanos populares	O relato de experiência recupera as principais atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Fórum Direito à Cidade, no ano de 2022, enfatizando as ações formativas do Curso de Formação de Ativistas e da Conferência Popular pelo Direito à Cidade.	andradesarah22@gmail.com	Natal	UFRN PPGAU-UFRN/Arquitetura e Urbanismo/Mestre em Arquitetura e Urbanismo	Subseção 09.4 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00
ST 9 - ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência	Thaís Matos Moreno (UFMG), Francisca Bruna Santiago Viana Cavalcante (Observatório das Metrópoles - Núcleo Fortaleza), Júlia Brito Mafaldo (Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade)	Análise crítica de uma experiência de assessoria técnica (em edital) com mulheres	Partindo de uma perspectiva crítica da prática em arquitetura e urbanismo, este artigo se propõe a fazer um apanhado de nossa atuação como arquitetas dentro do Conjunto Palmeiras, bairro de periferia de Fortaleza-CE, em 2020. Analisado dois anos depois, este trabalho de produção de documentação para Regularização Fundiária foi financiado pelo CAU-CE em Edital de ATHIS e realizado num contexto de agravamento das desigualdades sociais na cidade, devido ao advento da pandemia de Covid-19. Ao longo do texto, apresentamos nossa atuação; discutimos os papéis dos atores envolvidos no processo e compreendemos se contribuímos para algum ganho de autonomia das mulheres envolvidas, com o apoio da revisão de literatura de ILLICH (2000); BALTAZAR & KAPP (2016), KAPP et al. (2012), dentre outros. Por fim, nossa atuação revelou-se como uma prática distante de nossas intenções iniciais, que idealizavam um processo com algum tipo de ganho de autonomia.	brunasantiagocavalcante@gmail.com	Fortaleza	Universidade Federal do Ceará - UFC	Mestre em Geografia pelo PPG-Geografia - UFC



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação
ST 9 - ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência	Renato Pequeno (UFC), Vinicius Saraiva Barretto (UFC).	Terra em disputa: extensão universitária e assessoria técnica em conflitos fundiários nas ocupações em Fortaleza	Neste artigo apresentaremos os resultados de atividades realizadas por grupo de pesquisa e extensão da (UFC) e coletivos de assessoria técnica, abordando o seu encadeamento e evidenciando os processos nos quais se inseriu, com destaque para a questão da terra e os conflitos fundiários a ela associados. Em sua primeira sessão, destacamos as ações voltadas para a democratização do acesso à terra urbanizada, a partir da luta pela implementação das Zeis como parte da formação de arena de debates sobre os problemas habitacionais em Fortaleza. Em seguida, trataremos de estudos urbanísticos sobre as denúncias de remoções na cidade em seus números e em sua distribuição espacial, pontuando a construção do Grupo de Trabalho Moradia, notadamente no enfrentamento de despejos forçados. Por fim, apontamos as recentes ações de coletivos de assessoria técnica atuantes em ocupações atreladas a disputas fundiárias. Realce especial para as atividades de diagnóstico e as proposições, bem como na participação em processos conflituosos recentes, revelando avanços e possibilidades de atuação profissional vinculados às práticas autogestionárias de produção social do habitat.	renatopequeno@gmail.com	Fortaleza	UFC PPGAU+D	Subseção 09.4 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00
ST 11 - Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional	Utanaan Reis Barbosa Filho (IPPUR/UFRJ), Felipe Litsek (IPPUR/UFRJ).	A gestão comunitária da terra como resistência ao avanço das milícias no Rio de Janeiro	O presente trabalho tem como objetivo refletir os paralelos entre gestão comunitária da terra e milícias. Desse objetivo, desdobram-se dois intuítos: primeiro, através de notícias, relatórios e bibliografias especializadas analisar a fisionomia de atuação das milícias no mercado urbano-imobiliário, em especial a apropriação e gestão de residências em áreas populares e em condomínios do Minha Casa Minha Vida; e segundo, a partir da constatação que a ação das milícias sobre a cidade e no controle dos territórios populares têm forte impacto sobre as possibilidades de exercício da cidadania, do direito à moradia e sobre o direito à cidade, refletir acerca de uma potencial alternativa que dificulte e/ou rivalize o domínio miliciano do espaço, qual seja, o fortalecimento do controle comunitário sobre o território. Dessa forma, são apresentados alguns modelos e práticas que aprofundam a organização coletiva na gestão da terra e da moradia à nível local, como o cooperativismo habitacional, autogestão e o Termo Territorial Coletivo. Por fim, são traçados apontamentos sobre os potenciais e limitações dessas formas organizativas diante da dimensão urbano-imobiliária da atuação da milícia.	utanaan.reis@gmail.com	Rio de Janeiro	IPPUR/UFRJ Doutorando pelo PPGPUR - UFRJ.	Subseção 11.7 Quinta-feira (25/05) - 14:00 - 16:00
ST 11 - Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional	Matheus Cavalcanti Bartholomeu (PUC-Rio)	História e atualidade do conceito de eixo ou corredor como instrumento do planejamento territorial: a construção de um paradigma normativo	Este artigo busca o objetivo de compreender a história e a atualidade do processo de instrumentalização do conceito de eixo ou corredor pelo planejamento territorial e a construção de um paradigma normativo baseado nessa forma espacial a orientar diversos projetos de planejamento em todo o mundo. Este conceito se torna chave interpretativa essencial de muitas experiências planificadoras nos dias de hoje, sob dois imperativos distintos, mas que se conjugam inseparavelmente: o imperativo da neoliberalização, que por trajetórias diversas procura impor a disciplina do mercado e da competitividade como regulação da sociedade; e o imperativo da fluidez, que busca, seletivamente no espaço, acelerar a circulação de tudo aquilo que o capital converte em mercadoria, a fim de garantir a livre-concorrência e, acima de tudo, a consolidação de um mercado global dominante.	matheuscb@live.com	Rio de Janeiro	Matheus Cavalcanti Bartholomeu Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Doutor em Geografia	Subseção 11.1 Terça-feira (23/05) - 14:00 - 16:00
ST 13 - Identidade e territórios: adaptação e resiliência	Taynara do Vale Gomes Pinho, Ana Cláudia Duarte Cardoso	A LENTE COLONIAL DA URBANIZAÇÃO E AS RESISTÊNCIAS DAS ESPACIALIDADES AMAZÔNICAS	A LENTE COLONIAL DA URBANIZAÇÃO E AS RESISTÊNCIAS DAS ESPACIALIDADES AMAZÔNICAS	aclaudiacardoso@gmail.com	Belém	UFPA PPGAU	Subseção 13.4 Quarta-feira (24/05) - 16:00 - 18:00



SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação
ST 14 - Conversões de uso da terra, conflitos fundiários e socioambientais	Ana Carolina Miranda Tavares; José Júlio Ferreira Lima; Luly da Cunha Fischer	Regularização fundiária de ocupações em várzeas amazônicas: contradições e entrelaçamentos em contextos urbanos e rurais	Este artigo apresenta evidências de que existe um ciclo de remoções em curso na Bacia do Tucunduba, em Belém (PA), onde obras de urbanização se prolongam há anos, implicando um número crescente de famílias deslocadas. Compreende-se que a falta de provisão habitacional para as famílias removidas a partir de casos judicializados colabora para que novas ocupações irregulares ocorram e para que a precariedade e a informalidade se perpetuem. Os fatores que contribuem para a construção desse quadro foram organizados em quatro grupos: operacionais/de planejamento; político/administrativos; ideológicos; e extraleais. Fontes empíricas e documentais, entrevistas com técnicos de órgãos públicos e com a população ameaçada de remoção e análises de processos judiciais mostram que as remoções, ao mesmo tempo que aprofundam a condição de vulnerabilidade das famílias, servem para manter estruturas funcionais para a periferia do capitalismo.	jllimaufpa@gmail.com	Belém	UFFPA PPGAUA	Subseção 14.2 Quinta- feira (25/05) - 16:00 - 18:00
ST 4 - Convergências entre Urbanização e natureza	Matheus Cleber Melo Garcia, Thales Barroso Miranda, Louise Barbalho Pontes	Planejamento da paisagem e justiça ambiental: uma análise da relação entre a urbanização, os corpos hídricos e a população negra na cidade de Macapá/AP	Planejamento da paisagem e justiça ambiental: uma análise da relação entre a urbanização, os corpos hídricos e a população negra na cidade de Macapá/AP	thalesbmiranda@gmail.com	Belém	UFFPA PPGAU	Somente Anais
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Suzana Pasternak (USP); Lucia Bogus (PUCSP)	Favelas na metrópole paulistana: permanências e mudanças	O texto mostra a evolução do tecido urbano na RMSP e a desigualdade socioespacial expressa pelas favelas, por meio de dados do IBGE e do MapBiomas. Mostra a evolução populacional por sub-região da metrópole, enfatizando o crescimento da região Norte, moradia do segmento mais pobre e onde o relevo é bastante acidentado. Embora a RMSP apresente saldo migratório negativo na década de 2010, a população no Norte mostra taxas elevadas de crescimento populacional e a presença de ocupações em áreas de risco. A metrópole em 2019 apresentava 1703 favelas, com população de mais de 2 milhões de habitantes, ocupando 12,26% dos domicílios metropolitanos. No Estado de São Paulo, quase 3% do incremento da área urbanizada deu-se em áreas faveladas. Na RMSP, neste mesmo período, a área ocupada por favelas cresceu quase 700 hectares, com taxa de 0,59% anuais. Como a população neste tipo de assentamento cresceu a 3,93% anuais, taxa bem maior que a da área, isso resulta num adensamento das favelas que traz problemas para sua urbanização. O artigo termina mostrando, historicamente, como elementos da reforma urbana foram apropriados pelas políticas de intervenção	suzanapasternak@gmail.com	São Paulo	FAU-USP arquitetura	Somente Anais
ST 5 - Direito à cidade e habitação no Brasil	Allan Barbosa Moreira (UFRN)	Elementos da cidade no município sem asfalto: Itaboraí - RJ	Esse artigo busca entender as dinâmicas urbanas do município de Itaboraí, por sua vez caracterizado pela quantidade de vias não pavimentadas. Logo a partir de uma breve análise teórica como pano de fundo propõe-se compreender como esse município é estruturado a nível de mobilidade urbana. Metodologicamente operacionalizamos uma mobilização teórica que faz jus a análise descritiva feita suficientes para caracterizar o município de Itaboraí. Como resultado encontra-se que o município de Itaboraí possui inadequada infraestrutura urbana para receber grandes empreendimentos, dificultando com isso o direito de acesso à cidade de seus moradores.	allanmoreira@id.uff.br	Natal	UFRN Programa de Pós- Graduação em Estudos Urbanos e Regionais	Somente Anais
ST 8 - Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo	Ana Laura Souza Vargas (NPGAU-UFMG) e Laura Diniz Rena (NESP/PUC Minas).	Educação e Participação Popular: experiências do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa	Este artigo tem como objetivo apresentar as teorias pedagógicas de Paulo Freire sobre educação popular e de Marcelo Lopes de Souza sobre participação popular e, a partir de tais concepções, analisar o caso do Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, de modo a elaborar uma reflexão crítica sobre essas insurreições urbanas. Os conceitos de cidadania, autonomia e participação são abordados a partir de sua interlocução com a prática dos movimentos sociais urbanos. O trabalho se estrutura a partir da leitura de referências bibliográficas inseridas no campo de estudo e a partir das percepções, vivências e contribuições ao COMUPRA e ao Movimento por parte de uma das autoras, enquanto integrante e colaboradora de tais lutas urbanas. Palavras-chave: Educação popular; participação popular; movimentos sociais; cidadania; autonomia.	souzavargasanalaura@gmail.com	Belo Horizonte	NPGAU- UFMG NPGAU-UFMG/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/Arquitetura e Urbanismo	Somente Anais



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

ENAN
PUR 2003

SESSÕES TEMÁTICAS

Qual o tipo de participação	Título	Autores	Resumo	contato	Núcleo vinculado	Instituição	Data de apresentação	
ST 11 - Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional		Maria Lucia Refinetti Martins (USP), Jeanne Christine Versari Ferreira (USP), Ana Leticia Saquete Gonçalves (USP)	Vivemos uma ressignificação do Planejamento Urbano?	jeanneversari@usp.br	Maringá	USP	Arquitetura e Urbanismo	Somente Anais